

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**REPÚBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 775/2019-PGJ, DE 7.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Paulo Henrique Camargo Iunes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência designada para o dia 8.3.2019, às 14h, referente ao Processo nº 98-05.2018.6.12.0036, em trâmite na 36ª Zona Eleitoral.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 917/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 3.352/2019, de 28.1.2019, da Prefeitura de Cassilândia, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 18.3.2019, em razão das comemorações do dia de São José, Padroeiro da cidade de Cassilândia (19.3.2019);

CONSIDERANDO a Portaria nº 027/2019 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Cassilândia no dia 18.3.2019,

R E S O L V E:

Declarar ponto facultativo o dia 18.3.2019, segunda-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Cassilândia, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 911/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 7.3.2019, do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Josmar Luiz Silveira Longo, nos termos do inciso I do artigo 56 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 912/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Cesar da Silva Junior, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, área de atividade Motorista, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas de Três Lagoas, para, com prejuízo de suas funções, a partir de 18.3.2019, prestar serviços na Promotoria de Justiça de Bela Vista, até ulterior deliberação (Processo PGJ/10/4164/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 913/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Carlos Gonzalez Fernandes, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, área de atividade Motorista, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Promotoria de Justiça de Bela Vista, para, com prejuízo de suas funções, a partir de 18.3.2019, prestar serviços no Grupo Especial de Combate à Corrupção, GECOC, em Campo Grande, até ulterior deliberação (Processo PGJ/10/4164/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 867/2019-PGJ, DE 13.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Marcos Roberto Alves de Carvalho, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, licença para o trato de interesse particular, pelo prazo de um ano, a partir de 12 de fevereiro de 2019, sem remuneração, nos termos dos artigos 130, inciso IX, e 154, § 3º, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, e ainda dos artigos 6º, inciso II, 28, § 3º, e 82, inciso IX, todos da Lei nº 3.150, de 22.12.2005 (Processo PGJ/10/0298/2019).

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 878/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ana Gabriela Kiyomura Merlin, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Auditoria Interna, nos dias 2 e 3.4.2019, em razão de viagem a trabalho da titular, Natascha Junko Sakamoto Costa.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 879/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Luciane Senger, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, jornada especial de trabalho das 13h às 17h, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 18 de março de 2019, nos termos dos artigos 1º, 2º e 3º, todos da Lei nº 1.134, de 26.3.1991, com a redação dada pela Lei nº 1.809, de 17.12.1997 (Processo PGJ/10/0805/2019).

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 880/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Terezinha de Jesus Nantes Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para a Central de Inquéritos Policiais da referida Comarca, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança - FC5, no período de 11.3 a 2.4.2019, em razão de férias e abono por doação de sangue da servidora Rosângela Bonacina Milgarefe.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 881/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gerson Estevam da Silva Junior, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 9ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 13 a 22.3.2019, em razão de férias da servidora Janaina Bárbara dos Santos Oliveira.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 882/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Guilherme Ken It de Campos Kikuchi, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 15ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 11ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 18.3 a 6.4.2019, em razão de férias da servidora Sirlene Gomes Romeiro Vieira.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 883/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso III, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Convocar os servidores ocupantes do cargo efetivo de Analista, área de atividade Psicologia, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para participarem do V Encontro de Trabalho de Psicologia do Ministério Público, a ser realizado no dia 22 de março de 2019, das 8h às 17h, na sala de reunião da Procuradoria-Geral de Justiça, na Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande/MS, sendo que o servidor que precisar se deslocar de sua comarca receberá o valor correspondente a uma diária e meia para ajuda de custo, restando prejudicados os demais pagamentos, e tornar sem efeito a Portaria nº 603/2019-PGJ, de 20.2.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 884/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder aos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual abaixo nominados o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, nos termos do artigo 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como do artigo 1º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012:

SERVIDOR (A)	QUINQUÊNIO	A PARTIR DE
Alyne Chaves Cruz	1º	3.2.2019
Ariane Akemi Ito Vieira	1º	18.2.2019
Carla Maria Bagordakis	2º	9.2.2019
Daniel Francisco Mercado Dantas	1º	10.2.2019
Gina de Rezende Matias	1º	3.2.2019
Jaqueline Obregão da Rosa Ramos	1º	10.2.2019
Joélcio da Costa Guimarães	1º	6.2.2019
Lucival Rodrigues de Oliveira Junior	1º	3.2.2019
Marcos Antonio Larrea Barcelos	1º	28.2.2019
Paola Reginato Pereira	1º	10.2.2019
Vagner Marques Mercadante	1º	4.2.2019
Wagner Carstens Marques de Sousa	1º	17.2.2019

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 886/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Josiane Sanches de Mamann Zillo, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Expediente da Secretaria de Tecnologia da Informação, no período de 25 a 27.3.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Cristina Franco.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 887/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Renata Patricia Souza Monteiro Mendes, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança - FC5, no período de 11 a 30.3.2019, em razão de férias da servidora Adriana Vargas dos Santos.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 888/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 29ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 14.3 a 12.4.2019, em razão de férias do servidor Vinicius Ferreira Martins.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 889/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Janaina Ferreira Domingos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 11 a 20.3.2019, em razão de férias do servidor José Giovanni da Silva Júnior.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 890/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Jimmy Bruno dos Santos Silva Rodrigues, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 17ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 19ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 18.3 a 6.4.2019, em razão de férias da servidora Sirlene Gomes Romeiro Vieira.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ, DE 14.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alasson Saraiva	2018/2019	3 a 12.6.2019	27.8 a 5.9.2019		4 a 13.4.2019
Aline de Andrade Lara Moreira	2018/2019	8 a 17.4.2019	10 a 19.6.2019		6 a 15.5.2019
Ana Laura Gil Fonseca	2017/2018	24.4 a 3.5.2019	1º a 10.10.2019	4 a 13.11.2019	
Ana Paula Corrêa Guimarães	2017/2018	8 a 17.4.2019	27.8 a 5.9.2019		6 a 15.5.2019
Andressa Rodrigues Crepaldi	2018/2019	8 a 17.4.2019	10 a 19.6.2019		5 a 14.8.2019
Brauner Murilo de Melo Biscoli	2018/2019	10 a 19.6.2019	19 a 28.8.2019		8 a 17.4.2019
Bruna Camargo da Silva	2018/2019	22.4 a 1º.5.2019	30.9 a 9.10.2019		13 a 22.5.2019
Bruno Pirrony Silva	2017/2018	8 a 17.4.2019	27.8 a 5.9.2019		6 a 15.5.2019
Camila Cavalcante Melo	2018/2019	22.4 a 1º.5.2019	5 a 14.11.2019		10 a 19.9.2019
Cassius Marcelus da Cruz Bandeira	2018/2019	17 a 26.6.2019	18 a 27.11.2019		16 a 25.4.2019
Christiane de Oliveira Landgraf Pinto	2016/2017	8 a 17.4.2019	22 a 31.7.2019		8 a 17.7.2019
Cristiane Rocha de Barros	2017/2018	1º a 10.4.2019	5 a 14.8.2019	29.10 a 7.11.2019	
Danielle Yukari Kato	2017/2018	8 a 17.4.2019	27.2 a 7.3.2020		8 a 17.3.2020
Elpidio Junior das Neves Lima	2018/2019	1º a 30.4.2019			
Elvey Tessaro Andrade	2016/2017	22.4 a 1º.5.2019	24.6 a 3.7.2019		13 a 22.5.2019
Fabio Castro dos Santos	2018/2019	24.6 a 3.7.2019	10 a 19.12.2019		2 a 11.4.2019
Fabricio Caciano Messias Ferreira	2016/2017	10 a 29.4.2019			30.4 a 9.5.2019
Felipe Augusto da Cruz	2017/2018	3 a 12.4.2019	10 a 19.6.2019	1º a 10.10.2019	
Fernanda Bueno dos Santos	2018/2019	18.11 a 7.12.2019			4 a 13.4.2019
Fernando Claudy Taveira	2016/2017	7 a 26.3.2019			27.3 a 5.4.2019
Jaqueline Obregão da Rosa Ramos	2018/2019	8 a 17.7.2019	14 a 23.10.2019		15 a 24.4.2019
Juliana Giovani de Souza Ferreira	2017/2018	8.4 a 7.5.2019			
Karina Soares Loureiro	2018/2019	6 a 15.5.2019	1º a 10.10.2019		22.4 a 1º.5.2019
Katheleen Taira de Medeiros	2016/2017	3 a 12.4.2019	19.8 a 7.9.2019		
Kenia Braz Alcantara	2017/2018	22.4 a 1º.5.2019	16 a 25.9.2019		8 a 17.4.2019
Lais Massuda Albuquerque de Oliveira	2017/2018	13.5 a 1º.6.2019			1º a 10.4.2019
Louise Isabelita Lima de Brites Padovan	2017/2018	17 a 26.7.2019	5 a 14.11.2019		8 a 17.4.2019
Lourdes Paim de Moraes	2017/2018	8 a 17.4.2019	12 a 31.8.2019		
Luciana Rodrigues Mandu	2017/2018	25.3 a 3.4.2019	24.6 a 3.7.2019	2 a 11.12.2019	
Luís Augusto Degani de Oliveira Rodrigues	2018/2019	11 a 30.11.2019			1º a 10.4.2019
Magnum Fischer de Oliveira	2018/2019	10 a 19.7.2019	7 a 16.1.2020		10 a 19.4.2019
Maisa Taylã Ferreira Galeano Damaceno	2018/2019	8 a 17.4.2019	5 a 14.8.2019	10 a 19.12.2019	
Manoela Souza Schmitz Moreira	2017/2018	8 a 17.4.2019	24.6 a 3.7.2019	16 a 25.9.2019	
Marco Antonio Vieira de Oliveira	2016/2017	8 a 17.4.2019	31.5 a 19.6.2019		
Maria Caroline Lima Madureira	2017/2018	22.4 a 1º.5.2019	27.8 a 5.9.2019	10 a 19.12.2019	
Marina Carrato Corrêa	2017/2018	22.4 a 1º.5.2019	14 a 23.10.2019		3 a 12.6.2019
Marlene Falco de Lima	2016/2017	10 a 19.6.2019	1º a 10.10.2019		9 a 18.4.2019
Marlon Eduardo D'Andrea Santos	2016/2017	8 a 17.4.2019	5 a 14.11.2019		8 a 17.7.2019
Otávio Laurindo da Silva Neto	2015/2016	22.4 a 11.5.2019			13 a 22.5.2019
Patricia Alves Coutinho Lacerda	2016/2017	8 a 17.4.2019	5 a 14.11.2019		18 a 27.11.2019
Phelipe Alves de Oliveira	2018/2019	24.6 a 3.7.2019	10 a 19.12.2019		24.4 a 3.5.2019
Robson Gregorio Rondão Alves	2017/2018	29.4 a 8.5.2019	9 a 18.9.2019		14 a 23.10.2019
Silvana Kato da Silva	2017/2018	22.4 a 1º.5.2019	14 a 23.10.2019		12 a 21.4.2019
Silvia Helena Schiavi de Carvalho	2017/2018	8 a 17.4.2019	10 a 19.7.2019	18 a 27.9.2019	
Soraya Shigueko Nakasato	2015/2016	2 a 11.5.2019	3 a 12.6.2019		19 a 28.3.2019
Stella Trota Forte	2015/2016	2 a 11.5.2019	3 a 12.6.2019		2 a 11.4.2019
Tânia Batista Rosa Buzzachera	2016/2017	8 a 17.4.2019	10 a 19.6.2019	14 a 23.8.2019	
Thaís Aparecida Campagna de Assis	2017/2018	22.4 a 11.5.2019	22 a 31.7.2019		
Thiago Barile Galvão de França	2018/2019	3 a 12.4.2019	14 a 23.10.2019		17 a 26.4.2019
Thuliana Alves da Silveira	2016/2017	1º a 10.10.2019	9 a 18.12.2019		22.4 a 1º.5.2019
Wiliam Fonseca Cavalheiro Alves	2018/2019	22.4 a 1º.5.2019	22 a 31.7.2019		1º a 10.7.2019

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

ESCOLA SUPERIOR

AVISO Nº 07/2019-ESMP-MS

A Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, ESMP-MS, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, ESMP-SP, comunica a realização do curso “*U.S. & INTERNATIONAL ANTI-CORRUPTION LAW PROGRAM*”, que será realizado de 10 a 14 de junho de 2019, na Washington College of Law, 4300 Nebraska Avenue, NW, Washington, D.C. 20016, com carga horária de 27h/a.

O programa inclui uma visita ao Departamento de Justiça dos EUA e será direcionado exclusivamente a membros dos Ministérios Públicos do Brasil, com conteúdo personalizado, a ser divulgado posteriormente, sem ônus para o Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

As vagas disponibilizadas aos membros do MPMS para o evento foram limitadas a 2 (duas), razão pela qual, havendo maior número de interessados, o preenchimento se dará por sorteio, a ser realizado no dia 29.3.19, durante o “VII Encontro Estadual do MPMS na Lei Maria da Penha”.

Os interessados deverão formalizar seu intuito de participar no evento por meio de mensagem ao endereço eletrônico da ESMP-MS (escoladomp@mpms.mp.br) durante o período das 8h do dia 19.3.2019 até as 18h do dia 27.3.2019.

Maiores informações disponíveis em contato com a ESMP-MS, pelo endereço escoladomp@mpms.mp.br e/ou pelo telefone (67) 3316-4070.

Campo Grande/MS, 18 de março de 2019.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA
Diretora-Geral da ESMP-MS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 106/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0564/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.

2- **GRILL CONVENIÊNCIA EIRELI-ME**, representada por **Luciano Luiz Ferreira**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017. Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga, no valor unitário de R\$ 13,00 (treze reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 39,00 (trinta e nove reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000553, de 06.02.2019. Vigência: 15.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 15 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 119/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0760/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu representante por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **GENARO DOS SANTOS**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 600,00 (seiscentos reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000736, de 18.02.2019.

Vigência: 22.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 22 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 120/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0761/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu representante por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **GENARO DOS SANTOS**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000750, de 18.02.2019.

Vigência: 22.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 22 de fevereiro de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00002330-4****RECOMENDAÇÃO N. 3/34ªPJ/2019**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**, através da 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, com fundamento no art. 27, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), emite a seguinte **RECOMENDAÇÃO**, nos seguintes termos.

CONSIDERANDO que o direito à vida, a incluir o respeito da dignidade humana, e o direito ao meio ambiente são considerados direitos fundamentais, positivados nos artigos 5º, *caput*, e 225, *caput*, todos da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o respeito ao meio ambiente é essencial para a sadia qualidade de vida, de modo que deve o Estado, nas diversas esferas, controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, bem como proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem risco de extinção das espécies ou submetam os animais a crueldade, conforme disciplina legal, além de que todas as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos, nos termos do art. 225, §§1º e 3º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Lei n. 6.938/81, no art. 3º, conceituou poluição como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, afetem desfavoravelmente a biota ou as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente e, finalmente, as que lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

CONSIDERANDO que a mesma Lei n. 6.938/81 instituiu a responsabilidade objetiva do poluidor, independentemente de dolo ou culpa, nos termos do art. 14, bem como o licenciamento ambiental das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, no art. 9º, IV;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual n. 90/80 impõe aos órgãos ambientais estaduais e municipais a adoção de medidas técnico-legais impeditivas de implantação ou funcionamento de instalações ou atividades potencialmente poluidoras, bem como cumprir e fazer cumprir toda e qualquer legislação sobre prevenção, controle e correção da poluição ambiental, art. 4º, IV e V;

CONSIDERANDO que uma atividade potencialmente poluidora só pode operar após receber a licença ambiental respectiva, nos termos da legislação referida e Resolução CONAMA n. 237/1997;

CONSIDERANDO que é crime o funcionamento de atividade ou empreendimento potencialmente poluidor sem licença ambiental, bem como a construção, reforma, ampliação ou instalação sem licença ambiental, nos termos do art. 60 da Lei n. 9.605/98;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 12.305/12 estabelece que o gerenciamento de resíduos sólidos abrange as ações desde a geração, coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, conforme plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nos termos do art. 3º, X;

CONSIDERANDO que a referida Lei n. 12.305/12 impõe aos empreendedores obrigados a elaborar o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, entre eles as empresas de construção civil, nos termos do art. 20, III;

CONSIDERANDO que a referida Lei n. 12.305/12 estipula que o conteúdo mínimo do plano conterá, entre outras medidas, a explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos e a definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador, consoante art. 21, III, “a” e “b”;

CONSIDERANDO que a própria Lei n. 12.305/12 imputa a responsabilidade das pessoas físicas e jurídicas pela implementação e operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, de sorte que a contratação dos serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final dos resíduos ou disposição final dos rejeitos, não é causa excludente de responsabilidade ambiental pelos danos eventualmente provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos, art. 27, §1º;

CONSIDERANDO que a Resolução CONAMA n. 307/2002 impõe que o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil deve prever os critérios de cadastramento dos transportadores, os quais são conceituados como “as pessoas, físicas ou jurídicas, encarregadas da coleta e do transporte dos resíduos entre as fontes geradoras e as áreas de destinação”, nos termos dos artigos 2º, III, e 6º, VI;

CONSIDERANDO que o conceito de transportador inclui também os próprios geradores se fizerem o transporte por si mesmos;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n. 4.864/2010 traz a responsabilidade pela gestão dos resíduos de construção civil tanto dos geradores de resíduos como dos transportadores e dos receptores de resíduos de construção civil;

CONSIDERANDO que o receptor só poderá receber o resíduo gerado e transportado de acordo com as normas técnicas e ambientais, não podendo receber de transportador não licenciado pelo poder público (art. 16, §1º, Lei Municipal n. 4.864/10);

CONSIDERANDO que os transportadores de resíduos de construção civil devem ser cadastrados na AGETTRAN, conforme regulamentação específica (art. 15 da Lei Municipal n. 4.864/10);

CONSIDERANDO que os transportadores, para demonstrar o transporte lícito de resíduos em volume superior a 1 metro cúbico, devem providenciar, para cada deslocamento, o respectivo Controle de Transporte de Resíduos – CTR, definido em lei como o documento emitido pelo transportador que fornece informações sobre o gerador, origem, quantidade, descrição dos resíduos e seu destino (art. 3º, V, da Lei Municipal n. 4.864/10), de substancial importância por permitir a fiscalização sobre o transporte e demais etapas do gerenciamento de resíduos de construção civil;

CONSIDERANDO que é vedado aos transportadores, entre outras condutas, a realização de transporte quando os dispositivos que contêm os resíduos estiverem com capacidade volumétrica elevada pela utilização de chapas, placas ou outros suplementos, ou fazer o deslocamento de resíduos sem o respectivo documento de Controle de Transporte de Resíduos (CTR) quando operarem com caçambas metálicas estacionárias ou outros tipos (art. 15, §2º, I e III, Lei Municipal n. 4.864/10);

CONSIDERANDO que os geradores de resíduos da construção civil, embora até possam fazer o transporte por sua própria conta, estão proibidos de fazer o deslocamento ou o transporte de resíduos em volume superior a 1 metro cúbico sem o respectivo Certificado de Resíduos de Construção Civil (art. 14, §4º, Lei Municipal n. 4.864/10), de sorte que todo o transporte acima de 1 metro cúbico, seja por transportador contratado, seja pelo próprio gerador, deverá ser precedido pela prévia emissão de Controle de Transporte de Resíduos;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal n. 13.192/2017 estabelece a obrigatoriedade de licenciamento e credenciamento das empresas que operem com caçambas, destinadas à remoção e ao transporte de resíduos de construção civil, entulhos e resíduos volumosos, ou que transportem esses resíduos por outros tipos de dispositivos em veículos automotores, nos termos do art. 31, *caput*;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal n. 13.754/19 estipula que a autorização, para exploração do serviço de transporte de resíduos de construção civil e volumosos, fica vinculada ao cadastramento na AGETTRAN, nos termos dos artigos 1º e 2º;

CONSIDERANDO que o contrato de concessão da parceria público-privada celebrado entre o Município de Campo Grande e a CG Solurb Soluções Ambientais SPE LTDA. dispõe, na cláusula sexta, que o objeto de concessão administrativa abrange alguns serviços públicos, entre eles o serviço de coleta, transporte e destinação final adequada de resíduos de construção civil inertes (item 6.1.4), bem como é parte integrante do contrato, entre outros anexos, o projeto básico (cláusula 4.1);

CONSIDERANDO que o projeto básico repete, no item 1.1.4, que integra a licitação o serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos inertes, classe II B – entulhos, oriundos dos estabelecimentos municipais;

CONSIDERANDO que o projeto básico prevê, no item 2.1.4, relativo a coleta, transporte e destinação final adequada de resíduos inertes, classe II B – Entulhos, oriundos de estabelecimentos públicos municipais, o serviço de coleta manual e mecanizada, além de transporte, de resíduos inertes dispostos nas vias e logradouros públicos municipais (entulhos, restos de bens inservíveis e resíduos volumosos), para destino final);

CONSIDERANDO que o projeto básico prevê no item 2.1.4.4 que só serão coletados resíduos de estabelecimentos municipais, ao passo que o item 2.1.4.5 estipula que é responsabilidade da “concorrente” (possivelmente concedente) a coleta e o transporte dos resíduos recolhidos e sua destinação e disposição final ambientalmente adequada, apresentando o local licenciado para esse fim;

CONSIDERANDO que o projeto básico prevê, no item 2.1.1.4 do projeto básico, que não se compreendem no conceito de resíduos sólidos domiciliares, para efeito de coleta obrigatória, entre outros resíduos, os resíduos de obras públicas ou particulares, terra, areia e mobiliário cuja produção exceda cinquenta quilos ou cem litros;

CONSIDERANDO que os resíduos mencionados no considerando anterior são resíduos de construção civil ou resíduos volumosos, cujo gerenciamento incumbe ao gerador, não podendo a concessionária ser remunerada pelo poder público por essa prestação de serviço;

CONSIDERANDO que as obras públicas são, em geral, objeto de licitação, de sorte que os resíduos ali estampados devem ser objeto também de projeto de gerenciamento de resíduos de construção civil, a não justificar o duplo pagamento pelo poder público municipal à concessionária, uma vez que esse serviço já será remunerado ao executor da obra;

CONSIDERANDO que o prazo para implantação dos cinco ecopontos previstos no contrato de concessão era de três anos, nos termos do item 2.1.18.2.1 do projeto básico, tendo escoado em 2015;

CONSIDERANDO que, até agora, houve a instalação de apenas três ecopontos (Panamá, Noroeste e Nova Lima);

CONSIDERANDO que houve manifestação de esforço do Município de Campo Grande, no sentido de instalar os ecopontos restantes, tanto que até a instauração deste inquérito não havia nenhum ecoponto instaurado e, após cobrança do Ministério Público realizada no bojo deste inquérito, já houve a instalação de três ecopontos, com a informação de que há a pretensão de inaugurar os restantes todos este ano;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal impõe, no art. 4º, §2º, II, e art. 6º, §5º, um serviço de “disque coleta”, a fim de possibilitar o acesso telefônico para contratar transportadores privados de resíduos de construção civil e resíduos volumosos para o transporte de resíduos de pequeno volume;

CONSIDERANDO que, em relação ao disque-coleta, a empresa concessionária passou, em atendimento à solicitação do Ministério Público, a disponibilizar informações e a cadastrar transportadores que possam fazer o transporte dos resíduos de construção civil e volumosos em volume inferior a um metro cúbico (pequeno volume), disponibilizando a lista de prestadores cadastrados em seu sítio eletrônico ou por meio de ligação ao seu canal telefônico 0800;

CONSIDERANDO, porém, que não consta do formulário de cadastramento a menção ao número de cadastro do transportador na AGETTRAN;

CONSIDERANDO que o sistema eletrônico em implantação no Município de Campo Grande, já disponibiliza

a informação de todos os transportadores credenciados, acessível pelo <<http://campogrande.coletas.online/Seguranca/TransportadoresCredenciados.Aspx>>;

CONSIDERANDO que a recomendação serve também para notificar alguma ilegalidade e pode, inclusive, auxiliar na comprovação do dolo em eventuais lides penais ou de improbidade administrativa;

RECOMENDA ao Exmos. Prefeito Municipal de Campo Grande, Diretor-Presidente da AGETTRAN, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Diretora do Instituto de Planejamento Urbano, Diretor da Agência Municipal de Regulação, bem como ao à empresa CG Solurb Soluções Ambientais Ltda.:

. Que haja sejam implantados e postos em funcionamento os dois Ecopontos restantes (União e Centro Oeste), em áreas devidamente licenciadas ambientalmente, com observância no licenciamento e na operação do empreendimento de todas as normas técnicas, legais, ambientais e regulamentares, no prazo improrrogável de nove meses;

. Que encetem todas as tratativas e adotem todas as medidas necessárias, a fim de não permitir que sejam equiparados a resíduos sólidos domiciliares, para fins de coleta obrigatória pela empresa concessionária e sua consequente remuneração, os resíduos de construção civil e resíduos volumosos em volume inferior a cinquenta quilos ou cem litros, uma vez que a responsabilidade pelo gerenciamento desses resíduos é do gerador, conforme imposição legal existente desde 2010, inclusive adequando o contrato administrativo e o projeto básico que o integra nesse ponto;

. Que encetem todas as tratativas e adotem todas as medidas necessárias, a fim de não permitir que a concessionária de serviço público transporte ou colete resíduos de construção civil de obras públicas municipais e por isso seja remunerada se as obras em questão forem objeto de licitação, em cujo certame tenha sido cobrada a apresentação e/ou execução pelo executor da obra de projeto de gerenciamento de resíduos de construção civil, ou, mesmo que tenha havido dispensa ou inexigibilidade do certame licitatório, se o executor da obra tiver apresentado e/ou executado o projeto de gerenciamento de resíduos de construção civil;

. Que implantem, no prazo de sessenta dias, o “disque coleta” exigido pela Lei Municipal n. 4.864/2010, destinado a dar ao cidadão informações para o contato com os transportadores de resíduos de construção civil e resíduos volumosos devidamente cadastrados na AGETTRAN, de modo a permitir que o pequeno gerador contrate por sua conta esse prestador para levar esses resíduos aos Ecopontos existentes (caso o volume de resíduo não ultrapasse 1 metro cúbico). Deverão, ainda, dentro desse prazo, disponibilizar a lista com os transportadores credenciados na AGETTRAN pela *internet*, com informações sobre endereço e telefone de contato. Sobre o canal telefônico do “disque coleta”, anota-se que não se vê necessidade de que seja um ramal telefônico exclusivo, podendo ser usado a estrutura de outros canais telefônicos já disponibilizados pelo poder público municipal.

Outrossim, informa-se que a presente recomendação não possui caráter vinculante ou obrigatório, mas poderá embasar eventual responsabilização em Juízo.

Requisitam-se, no prazo de trinta dias, informações sobre o atendimento ou não dessa recomendação, bem como o envio dos documentos pertinentes. Requisita-se, às expensas dos recomendados, a publicação da recomendação na imprensa oficial do Município de Campo Grande, no prazo de vinte dias.

Esta recomendação será enviada também à publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público (DOMP). Comuniquem-se, com cópia desta recomendação, os seguintes órgãos e/ou Poderes e interessados: a) Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público de Mato Grosso do Sul e Núcleo Ambiental; b) Câmara Municipal de Campo Grande, para conhecimento e providências que entender cabíveis, inclusive para colaborar na fiscalização e exercício de sua competência constitucional de fiscalização do Poder Executivo; c) ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul (CREA-MS), ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul (CAU-MS), ao Sindicato Intermunicipal da Indústria de Construção Civil do Estado de Mato Grosso do Sul (SINDUSCOM-MS), à Associação Campo-Grandense de Bens Móveis, para ciência.

Campo Grande, 14 de março de 2019.

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL 0010/2019/10PJ/DOS -

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000379-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos serviços prestados pelas ECVs (empresas de vistoria veicular) nesta cidade de Dourados/MS.

Dourados, 15 de março de 2019

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

APARECIDA DO TABOADO

EDITAL Nº 001/2ªPJ/2019

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000111-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Aparecida do Taboado/MS e Nelson Pimenta

Assunto: apurar suposta irregularidade da Clínica de Recuperação "Comunidade Vó Jucá", bem como as providências adotadas pelo Poder Público Municipal. 3

Aparecida do Taboado/MS, 15 de março de 2019.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça

IVINHEMA

EDITAL N.: 0001/2019/2ªPJ/IVH**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de seu representante institucional abaixo assinado, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos n.º 001/2019, referente aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução n. 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados que tiveram alguma oposição deverão apresenta-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema até o dia 28 de março de 2019.

Ivinhema, 14 de março de 2019

JULIANA MARTINS ZAUPA

Promotora de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2019

PROVENIÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema			PROCEDÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema		
Órgão / Setor: 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema			Órgão / Setor 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema		
Classe	Subclasse	Documento	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO/OBSEVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
000	002	Ofícios Expedidos	Conforme disposto na Resolução n. 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2012	2016
000	003	Ofícios Recebidos	Conforme disposto na Resolução n. 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2012	2016
000	008	Relatório de atividades - mensal	Conforme disposto na Resolução n. 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2012	2014
200	013	Manifestações diversas em processos judiciais (pareceres, petições, razões e contrarrazões, etc.)	Conforme disposto na Resolução n. 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2008	2014
200	071	Denúncias	Conforme disposto na Resolução n. 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2008	2013
200	081	Controle de tramitação ou comprovante de remessa	Conforme disposto na Resolução n. 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2015	2015
200	015	Comunicações de flagrante	Conforme disposto na Resolução n. 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2012	2017
200	048	Representação	Conforme disposto na Resolução n. 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2008	2013
200	056	Termos de audiência e de apresentação de adolescente	Conforme disposto na Resolução n. 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2012	2012
200	009	Cartas precatórias	Conforme disposto na Resolução n. 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2012	2016
200	007	Notificações	Conforme disposto na Resolução n. 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2008	2014
200	050	Notícias de Fato	Conforme disposto na Resolução n. 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2011	2014
200	085	Cópia de processo judicial	Conforme disposto na Resolução n. 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2009	2009

JULIANA MARTINS ZAUPA

Promotora de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0017/2019/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000434-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Nome da Parte Passiva Selecionada << Nenhuma informação disponível >>

Assunto: Apurar a ausência de controle nos gastos com combustíveis e o controle de medições para o correspondente pagamento para utilização de máquinas, veículos e equipamentos.

Ribas do Rio Pardo, 15 de março de 2019.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0018/2019/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000401-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: apurar eventuais gastos exorbitantes com serviços de locação de impressoras, multifuncional e sistema de contagem de cópias pelo Município de Ribas do Rio Pardo.

Ribas do Rio Pardo, 15 de março de 2019.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0019/2019/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000460-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Stepherson Willian Ferreira Nunes, Paulo Cesar Lima Silveira, Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: apurar eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes da contratação e fornecimento de serviços da empresa Stepherson Willian Ferreira Nunes-ME pelo Município de Ribas do Rio Pardo..

Ribas do Rio Pardo, 15 de março de 2019.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO 0004/2019/01PJ/RRP**SAJMP Nº 06.2019.00000406-0**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça *in fine* assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em especial com fundamento nos artigos 37, § 3º, inc. II e 129, inciso II, III, VI todos da Constituição Federal; artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública); artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, incisos I, “b”, e II, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigos 5º e 44 da Resolução nº 15/2007-PGJ, Resolução do CNMP nº 164, de 28 de março de 2017 e art. 8º, incisos II e IV, e art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93, que autoriza expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, expor e recomendar, para fins de conhecimento, o que segue:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 deu nova roupagem ao Ministério Público, quebrando o paradigma existente até a Constituição de 1967, garantindo-lhe autonomia e independência funcional em relação Poderes da República;

CONSIDERANDO que a Constituição Democrática de 1988 delineou o Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127);

CONSIDERANDO “*que com base na interpretação lógica e na sua correta e perfeita relação com a interpretação teleológica, verifica-se que a Constituição, ao estabelecer que o Ministério Público é instituição permanente, está demonstrando que a Instituição é cláusula pétrea, que recebe proteção total contra o poder reformador, ao mesmo tempo em que impõe a sua concretização social como função constitucional fundamental*”¹ (g.n.);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da CF);

CONSIDERANDO que a promoção de inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos é função institucional do *Parquet*;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito pelos poderes municipais e por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública (art. 27, I e IV, Lei Federal 8.625/93), assim como fiscalizar a fiel observância às leis pela Municipalidade e por seus agentes públicos, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

CONSIDERANDO que a Carta Política de 1988 não só fixou importantíssimas funções ao *Parquet* no sentido de defender os interesses de maior valia à sociedade brasileira, como também lhe deu eficazes ferramentas para o cumprimento dessas funções;

CONSIDERANDO as normas contida na Lei Complementar nº 75/93, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, prevê em seu art. 6º, inciso XX, que compete ao Ministério Público da União: XX - expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis.

CONSIDERANDO que o art. 27 da Lei 8.625/93 determina que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito: (...) IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta

¹ ALMEIDA, Gregorio Assagra de. *O Ministério Público no neoconstitucionalismo: perfil constitucional e alguns fatores de ampliação de sua legitimação social*. In: FARIAS, Cristiano Chaves de; ALVES, Leonardo Barreto Moreira; ROSENVALD, Nelson (organizadores). *Temas atuais do Ministério Público*. 3ª. Ed. rev. ampl. atual. Salvador : Juspodivm, 2012.p. 60.

por escrito.

CONSIDERANDO que o disposto no supramencionado artigo fora abarcado integralmente pela Lei Complementar Estadual nº. 72, de 18 de janeiro de 1.994 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo sido reproduzido em seu artigo 29, inciso IV;

CONSIDERANDO que, conforme definição constante na Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que, ainda nos termos do art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO “*que o estado de direito é um estado constitucional. Pressupõe a existência de uma constituição normativa estruturante de uma ordem jurídico-normativa fundamental vinculativa de todos os poderes públicos. A constituição confere à ordem estadual e aos actos dos poderes públicos medida e forma. Precisamente por isso, a lei constitucional não é apenas – como sugeria a teoria tradicional do estado de direito – uma simples lei incluída no sistema ou no complexo normativo-estadual. Trata-se de uma verdadeira ordenação normativa fundamental dotada de supremacia – supremacia da constituição – e é nesta supremacia normativa da lei constitucional que o (primado do direito) do estado de direito encontra uma primeira e decisiva expressão*”²;

CONSIDERANDO que o art. 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que “*em suma, esse princípio, explicitamente previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, implica que a Administração Pública deve atuar de acordo com a lei e o Direito, de modo que a atuação administrativa esteja em compasso com a lei e o Direito, e autorizada por ambos*”³;

CONSIDERANDO o artigo 37, inciso X, da Constituição da República, cujo teor consiste no seguinte texto: “*a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices*” (grifo nosso);

CONSIDERANDO que o artigo 51, inciso IV, da Constituição Federal, preceitua que “*competete à Câmara dos Deputados dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias*” (grifo nosso);

CONSIDERANDO que o artigo 52, inciso XIII, da Constituição Federal, reza que: “*competete privativamente ao Senado Federal dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias*” (grifo nosso);

CONSIDERANDO que a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, em seu artigo 35, prescreve que “*as vantagens de qualquer natureza, no âmbito dos três Poderes do Estado só poderão ser concedidas por lei e quando atendam efetivamente ao interesse público e às exigências do serviço*” (grifo nosso);

CONSIDERANDO que o artigo 31, inciso da Lei Orgânica do Município de Ribas do Rio Pardo, dispõe que “*é de competência exclusiva da Câmara Municipal: propor a criação ou a extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos*” (grifo nosso);

² In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7ª. Ed. 14 reimp. Edições Almedina : Coimbra – Portugal – 2007. p.245-246

³ JÚNIOR, Dirley da Cunha. Curso de Direito Administrativo. 10ª. Juspodivm. 2011. Salvador-Bahia. Pág. 40.

CONSIDERANDO que a própria Lei Orgânica Municipal, aderindo a ordem constitucional vigente, delimitou como competência privativa da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo, tão somente, a *propositura* de projeto de lei para fixação dos respectivos vencimentos dos servidores;

CONSIDERANDO que a doutrina contemporânea atribui ao termo vencimentos a seguinte conceituação: *"grafado plural, é tipo de contraprestação que tem um sentido mais amplo e compreende a retribuição pecuniária a que tem direito o servidor pelo exercício de cargo público (vencimento), acrescida pelas vantagens pecuniárias fixas (adicionais e gratificações)"*⁴;

CONSIDERANDO que a doutrina moderna se vale do entendimento predominante de que a remuneração e o subsídio dos servidores públicos somente poderão ser fixados ou alterados por meio de lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso⁵;

CONSIDERANDO que neste caminho, em situação análoga, o Supremo Tribunal Federal editou a súmula nº. 679, cujo teor é: *"A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva"*;

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo, valendo-se do subterfúgio do uso do poder normativo, editou a Resolução nº. 065, de 20 de novembro de 2018, instituindo o Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores públicos de seu próprio quadro funcional;

CONSIDERANDO que o capítulo III, da Resolução nº. 065, de 20 de novembro de 2018, regulamentou e fixou a Remuneração e Vencimentos dos servidores públicos da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo;

CONSIDERANDO que o capítulo IV, da Resolução nº. 065, de 20 de novembro de 2018, fixou as vantagens financeiras (adicional de titulação, formação e aperfeiçoamento, gratificação por encargo, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, auxílio-alimentação, adicional por tempo de serviço e adicional legislativo) dos servidores públicos da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo;

CONSIDERANDO que parte das prerrogativas dos órgãos da administração pública consiste no exercício do Poder Normativo, instrumentalizado pela expedição de resoluções, instruções, portarias e regimentos;

CONSIDERANDO que majoritariamente, a doutrina moderna entende que no exercício do Poder Normativo pelos órgãos da administração pública, *"o ato normativo não pode contrariar a lei, nem criar direito ou impor obrigações, proibições ou penalidades que nela não estejam previsto, sob pena de ofensa ao Princípio da Legalidade"*⁶;

CONSIDERANDO que a Resolução nº. 065, de 20 de novembro de 2018, da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo, inovou na ordem jurídica disciplinando diretamente matéria de ordem constitucional e criando direitos aos servidores públicos do Poder Legislativo local;

CONSIDERANDO que o ato regulamentar decorrente do Poder Normativo é ato abaixo da lei (infralegal), de natureza derivada ou secundária, emitido neste caso pelos integrantes da Mesa Diretora da Câmara Municipal, que não inova na ordem jurídica, destinando-se tão somente viabilizar a efetiva execução das leis, pressupondo, naturalmente, a existência destas⁷;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIN nº. 3.306 DF, manifestou o posicionamento segundo o qual *"as resoluções da Câmara Distrital não constituem lei em sentido formal, de modo que vão de encontro ao disposto no texto constitucional, padecendo, pois, de patente inconstitucionalidade, por violação aos artigos 37, IX; 51, IV; e 52, XIII, da Constituição Federal"*;

CONSIDERANDO que o ato normativo de natureza secundária editado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo para fixação de remuneração dos servidores públicos integrantes do quadro funcional do quadro funcional do Poder Legislativo Municipal extrapolou os limites da competência do órgão interno, exercida pelos agentes públicos;

⁴ JÚNIOR, Dirley da Cunha. Curso de Direito Administrativo. 10ª. Juspodivm. 2011. Salvador-Bahia. Pág. 267.

⁵ *op. Cit.* Pág. 269.

⁶ *op. Cit.* Pág. 81.

⁷ *op. Cit.* Pág. 81.

CONSIDERANDO que o "*abuso de poder consubstancia-se, de acordo com a ótica dos estudiosos, através de duas formas de comportamento ilegal: excesso de poder e o desvio de poder (ou desvio de finalidade). O excesso de poder se caracteriza pela atuação do agente administrativo fora do círculo de sua competência.*"⁸

E, CONSIDERANDO, por fim, as informações contidas no bojo do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000406-0, *apurar a legalidade da instituição de gratificações e outras vantagens por meio de Resolução pela Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo;*

RESOLVE RECOMENDAR:

AOS INTEGRANTES DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO
que:

- a) A revogação da Resolução nº 065, de 20 de novembro de 2018, ou derrogação dos dispositivos inseridos no referido ato normativo acerca da regulamentação e fixação da remuneração e vantagens financeiras dos servidores públicos que integram o quadro funcional da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo;
- b) Comunique-se a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 03 (três) dias, sobre as providências adotadas.

Adverta-se que o descumprimento injustificado da presente Recomendação acarretará o manejo da ação judicial cabível para anulação dos atos lesivos ao patrimônio público.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação, além da publicação de seu inteiro teor no Diário oficial do Ministério Público:

- Ao Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;
- À Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;
- Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, para ciência.

Por fim, notifique-se o destinatário de que deverá publicar a presente Recomendação em veículo adequado, conforme previsto no art. 45, parágrafo único, da Resolução nº 015/2007-PGJ, bem como informar a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo, no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento do presente, o acatamento ou não da presente e, em caso positivo, encaminhar cópia da documentação comprobatória.

Ribas do Rio Pardo, 13 de março de 2019.

GEORGE ZAROUR CEZAR
Promotor de Justiça

⁸ GARCIA, Emerson. Discrecionalidade Administrativa. 2ª. Arraes. 2013. Belo Horizonte. Pág. 13.